

**POLÍCIA
MILITAR**
DE MINAS GERAIS

ASSEMBLEIA FISCALIZA RELATÓRIO DE AÇÕES E RESULTADOS

1º SEMESTRE 2024



Belo Horizonte - MG
2024

**POLÍCIA
MILITAR**
DE MINAS GERAIS



GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.

COMANDANTE-GERAL DA PMMG

Cel PM Rodrigo Piassi do Nascimento

CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA PMMG

Cel PM Marcelo Ramos de Oliveira

DIRETOR DE OPERAÇÕES DA PMMG

Cel PM Flávio Godinho Pereira

DIRETOR DE FINANÇAS DA PMMG

Cel PM Jarson Sebastian Hansen Ferreira

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL DA PMMG

Cel PM Gracielle Rodrigues Santos

DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA PMMG

Cel PM Neyton Rodrigues

CORREGEDOR DA PMMG

Cel PM Maurício José de Oliveira

DIRETORA DE SAÚDE DA PMMG

Cel PM Cleyde Barcelos dos Reis Rodrigues

DIRETOR DE APOIO LOGÍSTICO DA PMMG

Cel PM Salomão Queiroz Caixeta

CHEFE DO GABINETE DO COMANDO-GERAL DA PMMG

Cel PM Douglas Antônio da Silva

CHEFE DA PRIMEIRA SEÇÃO DO ESTADO-MAIOR (PM1)

Ten Cel PM Allison Verício de Oliveira

CHEFE DA ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (ADO)

Ten Cel PM Leonardo Diego Silva

CHEFE DA QUARTA SEÇÃO DO ESTADO-MAIOR (PM4)

Ten Cel PM Antônio Carlos Corrêa Júnior

CHEFE DA SEXTA SEÇÃO DO ESTADO-MAIOR (PM6)

Ten Cel PM Júlio César Vilela Pereira



SER ESSENCIAL PARA O POVO MINEIRO

ADMINISTRAÇÃO

Comando-Geral da Polícia Militar

Quartel do Comando-Geral da PMMG

Cidade Administrativa Tancredo Neves, Edifício Minas,

Rod. Papa João Paulo II, nº 4143 – 6º Andar, Bairro Serra Verde

Belo Horizonte – MG – Brasil - CEP 31.630-900



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
1 GESTÃO DE RECURSOS	08
1.1 Efetivo	08
1.2 Concursos	09
1.3 Escalas	10
1.4 Consórcios de Frações	11
1.5 Promoções	15
1.6 Convênios e recursos	16
1.7 Logística e investimentos	17
1.8 Assédio moral e abuso de autoridade	24
1.9 Saúde mental	26
1.10 Autoextermínio	29
2 RESULTADOS OPERACIONAIS	31
3 ENTREGAS À SOCIEDADE	35
CONCLUSÃO	40



INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado para prestar informações à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) no contexto do programa “Assembleia Fiscaliza”, relativo ao 1º ciclo do ano de 2024, o qual abarcará o período de janeiro a maio do mencionado ano, com a finalidade apresentar as principais ações de gestão e entregas da PMMG, sendo meio de esclarecimento em relação às ênfases aprovadas pelas Comissões da ALMG.

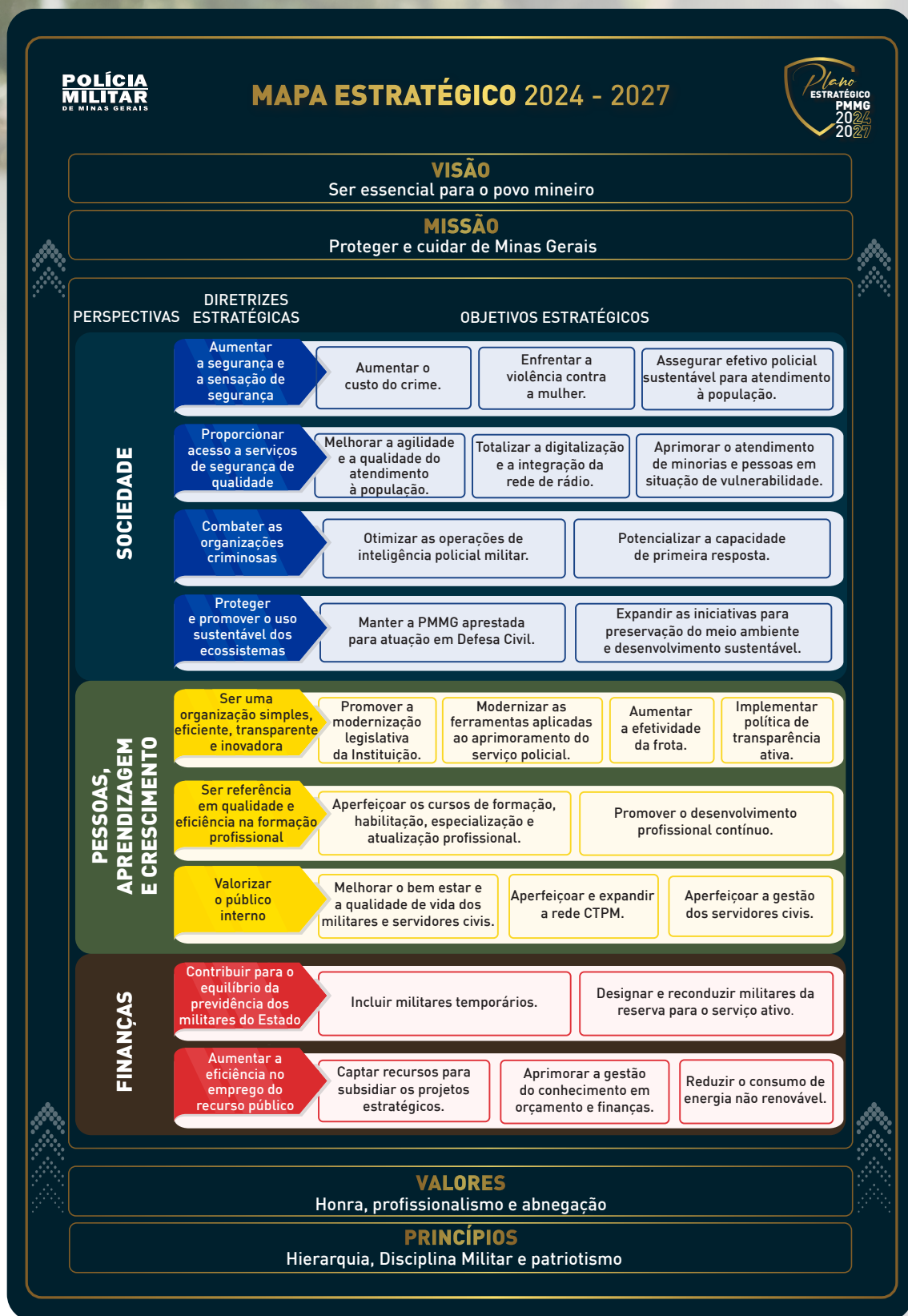
Os assuntos estão estruturados em três eixos principais:

1. Gestão de Recursos (apresentação dos dados humanos e logísticos da Instituição);
2. Resultados Operacionais (demonstração dos resultados finalísticos); e
3. Entregas à Sociedade (apresentação de resultados em programas e ações da PMMG).

Estes eixos visam detalhar as “Ênfases” enviadas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Em 2024 a Polícia Militar de Minas Gerais publicou seu sexto Plano Estratégico para o período até o ano de 2027. O processo de concepção das estratégias organizacionais foi precedida de uma ampla participação de diversas camadas da sociedade e do público interno da PMMG. Somando a este esforço, foi desenvolvida uma gama de estudos e projeções que subsidiaram ações exequíveis e aderentes às realidades da sociedade e do Estado.

Figura 1 - Mapa Estratégico da PMMG 2024-2027.



Fonte: Plano Estratégico da PMMG 2024-2027, PMMG (2024).

1. GESTÃO DE RECURSOS

1.1 Efetivo

O efetivo da Polícia Militar possui variações constantes em razão, tanto dos ingressos de militares quanto dos diversos fatores de evasão.

Conforme dados atualizados em 06 de junho de 2024, o efetivo da PMMG é composto por 38.339 militares, entre ativos e designados para o serviço ativo, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – Efetivo atual da PMMG

	SITUAÇÃO	QUANTITATIVO
Ativa	Oficiais	3.434
	Praças	32.763
Designados	Oficiais	308
	Praças	1.834
TOTAL		38.339

Fonte: Seção de Pessoal (PM1), PMMG (2024).

Além destes, compõe a PMMG 4.812 servidores civis, dentre efetivos e designados, exercendo funções de apoio administrativo, assessorias técnicas, atividades escolares, entre outros.

Tabela 2 – Servidores civis da PMMG

	SITUAÇÃO	QUANTITATIVO
Efetivos		1.924
Designados		2.888
TOTAL		4.812

Fonte: Seção de Pessoal (PM1), PMMG (2024).

De todo o efetivo militar da ativa, 2.034 militares fazem jus ao Abono Permanência, perfazendo, portanto, os requisitos para transferência voluntária para inatividade.

Salienta-se que o efetivo previsto em lei para a PMMG (Lei Estadual nº 22.415, de 15 de dezembro de 2016) é de 51.669 militares. Entretanto, o limite prudencial de efetivo, conforme impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal é de 40.024 militares, valor alcançado em setembro de 2015.

Considerando o limite prudencial acima descrito, a vacância atual da PMMG é de 3.827 militares, desconsiderando para este cálculo os designados para o serviço ativo.

1.2 Concursos

Para reposição dos quadros, conforme autorização do Governo, a PMMG possui quatro editais de seleção em aberto, com as vagas abaixo demonstradas, sem a previsão de convocação de excedentes. Ainda neste aspecto, o Governo do Estado validou e se comprometeu a cumprir o Plano de Inclusão de Efetivo na PMMG que prevê a seleção de um quantitativo total de 10 mil militares para a Instituição, entre os anos de 2023 e 2026.

Tabela 3 – Concursos públicos em andamento na PMMG

SITUAÇÃO	VAGAS	PREV. INÍCIO
Curso de Formação de Oficiais (CFO)	180	Dezembro 2023
Estágio de Adaptação de Oficiais (EAdO)	60	Novembro 2023
Curso de Formação de Soldados (CFSd QPPM)	2.821	Dezembro 2023
Curso de Formação de Soldados Especialistas (CFSd QPE)	109	Dezembro 2023
TOTAL	3.170	-

Fonte: Seção de Pessoal (PM1), PMMG (2024).

1.3 Escalas

As jornadas de trabalho do militar são reguladas por documentos internos da Organização, em consonância com as previsões das normas estaduais. Recentemente, com o advento da Lei Complementar Estadual nº 168 (de 19 de julho de 2023), a Instituição divulgou o Memorando Circular n. 01.5/2023, para adequar os procedimentos ao que consta do texto legal.

Conforme texto do Memorando Circular, têm-se:

Escalas ordinárias devem ser produzidas no sistema ESCALA e divulgadas aos escalados, com antecedência mínima de sete dias do seu início, com ciclos semanais ou superior, preferencialmente, mensais.

Escalas especiais, sempre que possível o planejamento do emprego da tropa, devem receber a mesma antecedência na divulgação.

Escalas extraordinárias (eventos imprevistos), não se submetem ao comando legal do §3º. Neste contexto, enquadram-se as alterações imprevistas nas escalas ordinárias (licenças saúde, afastamentos legais, ocorrências operacionais, etc.). Não obstante, sempre que possível, as escalas extraordinárias também deverão receber a divulgação prévia adequada aos militares escalados.

Créditos ou débitos de hora do militar deverão ser apurados e compensados, no máximo, em período trimestral, observando, dentre outras coisas, o limite mensal de 160 horas.

Por fim, cumpre ressaltar que a condição de militar estadual impõe a todos os militares a pronta obediência às ordens legais das autoridades constituídas, a observância às prescrições regulamentares e o emprego de toda a capacidade em benefício do serviço, conforme disposto no §2º do art. 6º da Lei Estadual nº 14.310/2002. Por isso, eventual inobservância do cumprimento do prazo mínimo disposto no §3º do art. 15 do EMEMG não pode servir de fundamento exclusivo para o descumprimento das escalas de serviço pelos militares.

Em linhas gerais, além do documento acima citado, também regulam a jornada de trabalho as Resoluções nº 4.285, de 10 de dezembro de 2013, e nº 4.404, de 03 de junho de 2015, que limitam a previsão de turnos a no máximo 12 horas e regulam o cômputo de horas noturnas e em escalas de sobreaviso e prontidão, dentre outros.

1.3.1 Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGOp)

Como ferramenta de melhoria no controle de pessoal, a Polícia Militar de Minas Gerais desenvolve, desde janeiro de 2023, em conjunto com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGOp), primeira Encomenda Tecnológica de Segurança Pública do Brasil (ETEC), voltada a uma gestão integrada dos processos de planejamento operacional, produção de escala e consequente mensuração de resultados, na qual serão agregadas ferramentas que propiciarão ao planejador subsídio para a tomada de decisões, por meio de prescrições/predições e melhoria de processos.

Atualmente, estão em desenvolvimento o Módulo Escala (gestão de RH/logística) e o Módulo Ordem de Missão (planejamento operacional). Em relação ao primeiro, está prevista a entrega da primeira onda, em dezembro de 2024, na qual serão possíveis a produção de escalas e a mensuração de carga – horária e, em relação ao segundo módulo, está previsto o mês de setembro de 2026.

Em relação ao desenvolvimento de todo o sistema, a previsão de encerramento é o mês de abril de 2027. Valor atual para o desenvolvimento: R\$ 4.530.000,00. Percentual de desenvolvimento: 12%.

1.4 Consórcios de Frações

O consórcio de policiamento é uma iniciativa em que municípios vizinhos ou próximos estabelecem uma parceria para compartilhar recursos e coordenar esforços na área de Segurança Pública. Esse tipo de consórcio é uma estratégia para otimizar os recursos disponíveis, melhorar a eficiência das operações policiais e fortalecer a resposta a crimes e incidentes em uma região específica.

Os consórcios de policiamento entre cidades podem envolver várias atividades e áreas de cooperação, incluindo:

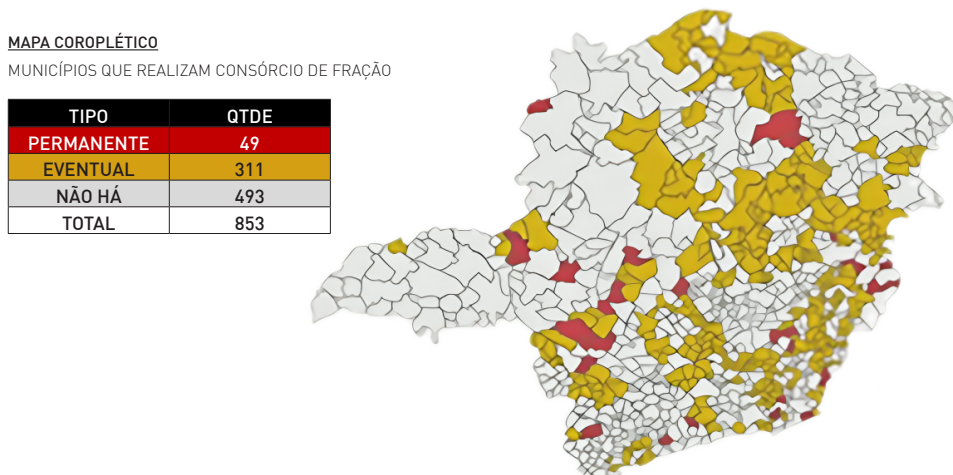
- Patrulhamento conjunto: Policiais de diferentes municípios podem realizar patrulhas conjuntas em áreas limítrofes ou de interesse comum, aumentando a presença policial e a visibilidade nas comunidades;
- Compartilhamento de informações: Os municípios participantes podem compartilhar informações sobre atividades criminosas, suspeitos e tendências criminais, facilitando a investigação e prevenção de crimes;

- Treinamento e capacitação: Os policiais dos municípios envolvidos podem receber treinamento conjunto para padronizar procedimentos, aprimorar habilidades e promover uma abordagem coordenada no enfrentamento da criminalidade;
- Intercâmbio de recursos: Os municípios podem compartilhar equipamentos, veículos, tecnologias e outros recursos necessários para fortalecer as operações policiais e de segurança pública; e
- Cooperação em emergências: Em situações de emergência, desastres naturais ou eventos de grande porte, os municípios podem colaborar na mobilização de recursos e na prestação de assistência às comunidades afetadas.

Os consórcios de policiamento entre municípios são uma forma eficaz de promover a colaboração e a sinergia entre as forças policiais locais, visando melhorar a segurança e a qualidade de vida das comunidades envolvidas. Essas parcerias podem ser formadas de acordo com as necessidades e características específicas de cada região, buscando sempre fortalecer o trabalho conjunto no combate à criminalidade e na promoção da segurança pública.

Na Polícia Militar essa forma de cooperação seguiu uma metodologia quanto a regularidade de execução, ou seja, o que ocorre de forma PERMANENTE (escalas rotineiras), ou EVENTUAL (devido a situações excepcionais), conforme mapa coroplético abaixo:

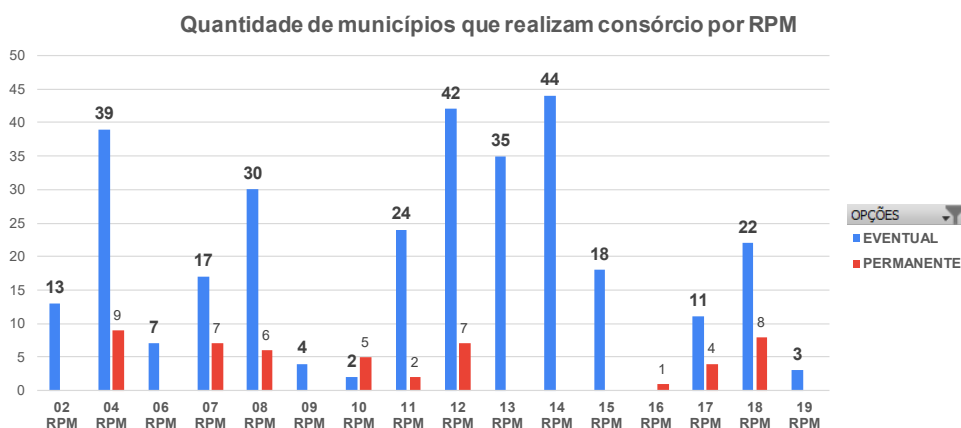
Figura 2 - Consórcios de municípios por regularidade de execução em 2024



Fonte: Assessoria de Desenvolvimento Organizacional (ADO), PMMG (2024).

Assim, verifica-se que em mais de 42% dos municípios mineiros esta prática de consórcio de frações é realizada, contudo, na grande maioria, ou seja, em 311 municípios é uma situação eventual, realizada principalmente para apoio em eventos ou situações extraordinárias, conforme divisão por RPM abaixo:

Gráfico 1 - Consórcios existentes por Região de Polícia Militar



Fonte: Assessoria de Desenvolvimento Organizacional (ADO), PMMG (2024).

Para enfatizar este tipo de colaboração entre os municípios circunvizinhos, destacam-se as 14ª RPM (84,62%), 2ª RPM (72,22%) e 8ª RPM (62,07%), com posicionamento geográfico na região central e leste do Estado, segue a listagem por RPM:

Quadro 1 - Percentual de consórcios por Região de Polícia Militar

RPM	MUNICÍPIOS POR RPM	EVENTUAL	PERMANENTE	% FAZ CONSÓRCIO
01 RPM	1			0,00%
02 RPM	18	13		72,22%
03 RPM	18			0,00%
04 RPM	86	39	9	55,81%
05 RPM	30			0,00%
06 RPM	44	7		15,91%
07 RPM	50	17	7	48,00%
08 RPM	58	30	6	62,07%
09 RPM	18	4		22,22%
10 RPM	23	2	5	30,43%
11 RPM	77	24	2	33,77%
12 RPM	97	42	7	50,52%
13 RPM	61	35		57,38%
14 RPM	52	44		84,62%
15 RPM	60	18		30,00%
16 RPM	17		1	5,88%
17 RPM	72	11	4	20,83%
18 RPM	55	22	8	54,55%
19 RPM	16	3		18,75%
Total Geral	853	311	49	42,20%

Fonte: Assessoria de Desenvolvimento Organizacional (ADO), PMMG (2024).

1.5 Promoções

As promoções na PMMG seguem a previsibilidade legal e acontecem regularmente no dia 25 de dezembro (por antiguidade e merecimento). As promoções por critérios diversos ocorrem em outras datas, a partir da obtenção do requisito legal exigido, como as decorrentes de formaturas de cursos de formação, término de Aspirantado, tempo de serviço, ordem judicial, etc.

Tabela 4 – Promoções na PMMG em 2024

SITUAÇÃO	VAGAS	QUANTITATIVO
Promoções em 25dez2024	Oficiais	552
	Praças	1.028
Promoções no 1º semestre de 2024	Término de Curso (Nec. Serviço)	69
	Término de Curso (Tempo Serviço)	1.650
	Extemporâneas	199
	Ordem Judicial	18
TOTAL	-	3.534

Fonte: Diretoria de Recursos Humanos (DRH), PMMG (2024).

Ainda sobre os aspectos de pessoal, cumpre destacar detalhes relativos ao pagamento de Adicional de Desempenho (ADE).

Na PMMG, todo militar que fizer jus ao ADE, obedecendo os respectivos critérios legais, passa a recebê-lo automaticamente, não havendo atrasos no pagamento (geração automática pelo Sistema de Recursos Humanos).

Nesse mister, em 29 de junho de 2022, foi publicada a Emenda à Constituição nº 111, que prevê o *“direito dos servidores públicos civis e militares do Estado ao aproveitamento do adicional de desempenho (ADE) adquirido em outros cargos anteriormente ocupados para fins de cálculo da remuneração do novo cargo”*.

O total de requerimentos interpostos na MMG até a presente data é de 68 processos, sendo que 26 já foram solucionados pelo indeferimento, com base no Parecer Jurídico da AGE nº 16.537, de 26 de dezembro de 2022, destinado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Salienta-se que estes dados estão sob constante auditoria, acompanhamento e conferência, possuindo variações ao longo do tempo.

1.6 Convênios e recursos

Os convênios da Polícia Militar de Minas Gerais geralmente se referem a acordos estabelecidos entre a Instituição e outras entidades, sejam elas públicas ou privadas. Esses convênios podem abranger uma variedade de áreas, tais como saúde, educação, cultura, esporte, entre outras.

Por exemplo, a Polícia Militar de Minas Gerais pode firmar convênios com instituições de saúde para garantir assistência médica aos seus membros, ou com instituições de ensino para oferecer oportunidades de capacitação e educação continuada. Além disso, convênios podem ser estabelecidos com empresas ou entidades do setor privado para apoio logístico, segurança ou outros serviços.

Em resumo, os convênios da Polícia Militar de Minas Gerais visam ampliar e melhorar os serviços oferecidos à comunidade e aos próprios membros da Instituição, por meio de parcerias estratégicas.

Quadro 2 - Convênios vigentes com repasse financeiro

Esfera Concedente	Total
Estadual	6
Federal	43
Municipal	87
Privada	12
Total Geral	148

Fonte: Diretoria de Finanças (DF), PMMG (2024)

Quanto aos convênios de repasse de materiais, atualmente a PMMG possui 377 convênios ativos.

1.7 Logística e investimentos

Em termos logísticos, para fazer frente à criminalidade em todo o Estado, mantendo-se presente nos 853 municípios de Minas Gerais, a PMMG conta hoje com aproximadamente mil aquartelamentos sendo:

Tabela 5 – Situação dos aquartelamentos da PMMG

SITUAÇÃO	QUANTITATIVO
Sede Própria	433
Sede Alugada	27
Sede cedida ou custeada por município/união	512
TOTAL	972

Fonte: Diretoria de Apoio Logístico (DAL), PMMG (2023).

Materiais de uso policial militar são os equipamentos, dispositivos e acessórios utilizados pelos membros da Polícia Militar no exercício de suas funções. Esses materiais são projetados e selecionados para auxiliar os policiais no desempenho de uma ampla gama de tarefas relacionadas à segurança pública e à manutenção da ordem.

Alguns exemplos comuns de materiais de uso policial militar incluem:

- Armamento: Armas de fogo, como pistolas, fuzis e espingardas, além de munições e acessórios relacionados;
- Equipamentos de proteção individual (EPIs): Coletes balísticos, capacetes, escudos, luvas e outros itens destinados a proteger os policiais contra ameaças físicas;
- Equipamentos de comunicação: Rádios portáteis, fones de ouvido, microfones e outros dispositivos utilizados para comunicação entre os membros da equipe e com a central de operações;
- Equipamentos de controle de distúrbios: Equipamentos como tonfas, pistolas de impulso elétrico, spray de pimenta, granadas de gás lacrimogêneo e algemas, usados para lidar com situações de confronto ou controle de multidões;
- Veículos: Viaturas policiais, motocicletas e outros veículos utilizados para patrulhamento, transporte e resposta a emergências;
- Equipamentos de identificação e investigação: Binóculos, câmeras de vídeo, lanternas, algemas, kits de primeiros socorros, entre outros itens usados para identificação, investigação e documentação de incidentes.

Esses materiais são essenciais para garantir a eficácia e a segurança das operações policiais militares, permitindo que os policiais desempenhem suas funções de forma eficiente e protegida.

Figura 3 – Quantitativo de materiais de uso policial, na PMMG (31 de maio de 2024)



Fonte: Seção de Logística (PM4), PMMG (2024).

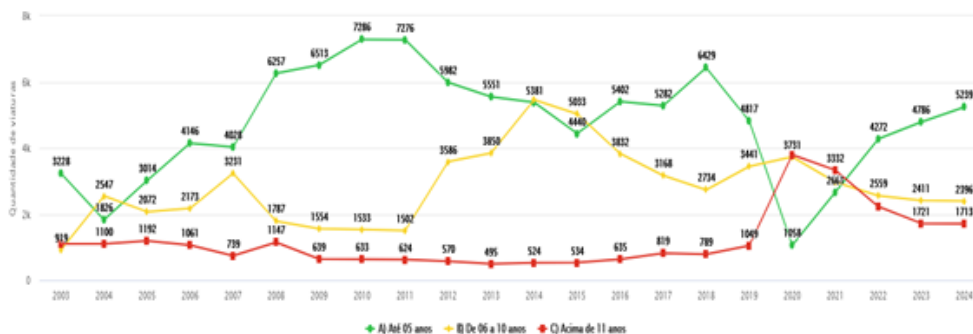
Em relação ao demonstrado, destaca-se que atualmente as armas de dotação da PMMG foram adquiridas das empresas Taurus Armas, Indústria de Material Bélico (IMBEL), Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) e Glock. Por outro lado, as munições utilizadas pela Organização foram adquiridas da Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), sendo distribuídas às Unidades como forma de reposição das munições inservíveis ou utilizadas.

Em relação aos coletes balísticos, até o dia 31 de maio de 2024, o total de 19.017 coletes atingiram a data de vencimento, já sendo previsto o respectivo processo de substituição.

A frota da PMMG é composta por 9.348 veículos sendo, aproximadamente, 15% locados. Do quantitativo orgânico, 410 estão em processo de descarga. A idade média atual da frota está em 5,7 anos (56% dos veículos possuem menos de 5 anos de fabricação).

Gráfico 2 – Histórico do total de viaturas por faixa de idade

Total de viaturas por faixa de idade por ano



Fonte: Seção de Logística (PM4), PMMG (2024).

Com relação aos equipamentos de tecnologia, o quantitativo de rádios (fixos e portáteis) ultrapassa a casa de 20 mil unidades. Com o crescimento da digitalização da rede, os aparelhos analógicos estão sendo substituídos gradativamente pelos digitais.

Em relação aos computadores, a Instituição possui aparelhos suficientes para guarnecer todas as frações do Estado, permitindo o acesso dos militares lotados nos diversos serviços (operacionais ou administrativos) aos sistemas relacionados à atividade policial (atualmente, todas as frações da PMMG possuem cobertura de internet).

Toda a capacidade logística que a Instituição alcançou é fruto dos constantes investimentos que vem sendo feito na PMMG, por meio do Governo do Estado e de recursos de outras fontes, como o legislativo estadual e federal (emendas). Somente nos últimos cinco anos (2020-2024), os aportes alcançaram cifras superiores a 700 milhões de reais.

Quadro 3 - Investimentos Grupo 4 por ano

Ano de Exercício	Valor Despesa Realizada
2020	128.610.135,48
2021	233.337.025,50
2022	222.499.337,82
2023	137.311.466,55
2024	1.857.751,27

Fonte: Diretoria de Finanças (DF), PMMG (2024).

Ainda existem fontes de recursos em que a PMMG consta como celebrante, com origem no orçamento do Estado e de outras Instituições, conforme Quadro 4.

Quadro 4 - Recursos e despesas realizadas por ano

Ano de Exercício	Fonte Recurso - Descrição	Valor Despesa Realizada (R\$)
2020	ACORDOS E AJUSTES DE COOPERAÇÃO MÚTUA COM A UNIÃO E SUAS ENTIDADES.	20.569.512,45
2020	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO ESTADO AOS INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA	3.694.298,06
2020	CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES PROVENIENTES DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	46.142.064,50
2020	CONVÊNIOS COM OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL, OS MUNICÍPIOS, AS INSTITUIÇÕES PRIVADAS E OS ORGANISMO	4.328.490,42
2020	DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS OU DO EXTERIOR A ÓRGÃO E ENTIDADES	274.633,37
2020	DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS OU DO EXTERIOR AO TESOURO ESTADUAL	26.998.230,00
2020	RECURSOS ORDINÁRIOS	25.284.658,55
2020	RECURSOS RECEBIDOS POR DANOS ADVINDOS DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS	1.121.616,06
2020	TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS DE RECURSOS DA UNIÃO	196.632,07
2021	ACORDOS E AJUSTES DE COOPERAÇÃO MÚTUA COM A UNIÃO E SUAS ENTIDADES.	23.545.180,76
2021	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO ESTADO AOS INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA	2.152.304,55
2021	CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES PROVENIENTES DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	66.330.637,27
2021	CONVÊNIOS COM OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL, OS MUNICÍPIOS, AS INSTITUIÇÕES PRIVADAS E OS ORGANISMO	3.615.519,58
2021	DOAÇÕES DE PESSOAS, DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS OU DO EXTERIOR A ÓRGÃO E ENTIDADES DO ESTADO	123.076,55
2021	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	9.249.009,18
2021	RECURSOS ORDINÁRIOS	36.774.998,76
2021	RECURSOS RECEBIDOS POR DANOS ADVINDOS DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS	89.085.187,14

Ano de Exercício	Fonte Recurso - Descrição	Valor Despesa Realizada (R\$)
2021	TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS DE RECURSOS DA UNIÃO	2.461.111,71
2022	ACORDOS E AJUSTES DE COOPERAÇÃO MÚTUA COM A UNIÃO E SUAS ENTIDADES.	8.319.328,50
2022	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO ESTADO AOS INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA	12.277.554,29
2022	CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES PROVENIENTES DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	64.950.808,71
2022	CONVÊNIOS COM OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL, OS MUNICÍPIOS, AS INSTITUIÇÕES PRIVADAS E OS ORGANISMO	21.527.940,55
2022	DOAÇÕES DE PESSOAS, DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS OU DO EXTERIOR A ÓRGÃO E ENTIDADES DO ESTADO	852.932,20
2022	DOAÇÕES DE PESSOAS, DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS OU DO EXTERIOR AO TESOUREO ESTADUAL	14.772.601,92
2022	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	24.928,00
2022	RECURSOS ORDINÁRIOS	39.108.674,53
2022	RECURSOS RECEBIDOS POR DANOS ADVINDOS DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS	49.360.923,18
2022	TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS DE RECURSOS DA UNIÃO	11.303.645,94
2023	ACORDOS, AJUSTES E DEMAIS INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO MÚTUA COM A UNIÃO E SUAS ENTIDADES	29.022.731,86
2023	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO ESTADO AOS INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA	8.396.304,37
2023	CONVÊNIOS COM AS INSTITUIÇÕES PRIVADAS E OS ORGANISMOS DO EXTERIOR	190.631,27
2023	CONVÊNIOS COM A UNIÃO E SUAS ENTIDADES - EMENDAS DE BANCADA	25.232.191,22
2023	CONVÊNIOS COM A UNIÃO E SUAS ENTIDADES - EMENDAS INDIVIDUAIS	4.066.120,94
2023	CONVÊNIOS COM A UNIÃO E SUAS ENTIDADES - EXCETO EMENDAS INDIVIDUAIS E DE BANCADA	467.521,16
2023	CONVÊNIOS COM OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL	1.214.954,32
2023	CONVÊNIOS COM OS MUNICÍPIOS	10.493.486,63
2023	DOAÇÕES DE PESSOAS, DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS OU DO EXTERIOR A ÓRGÃO E ENTIDADES DO ESTADO	40.086,50

Ano de Exercício	Fonte Recurso - Descrição	Valor Despesa Realizada (R\$)
2023	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	19.957,78
2023	RECURSOS ORDINÁRIOS - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS	18.624.053,23
2023	RECURSOS ORDINÁRIOS - RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS	24.937.528,91
2023	RECURSOS RECEBIDOS POR DANOS ADVINDOS DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS	3.826.248,79
2023	TERMOS DE AJUSTAMENTO, DOAÇÕES CONTROLADAS POR INSTRUMENTO JURÍDICO E CONGÊNERES	84.850,50
2023	TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS DE RECURSOS DA UNIÃO	10.694.799,07
2024	CONVÊNIOS COM A UNIÃO E SUAS ENTIDADES - EMENDAS INDIVIDUAIS	82.074,00
2024	CONVÊNIOS COM A UNIÃO E SUAS ENTIDADES - EXCETO EMENDAS INDIVIDUAIS E DE BANCADA	0,00
2024	CONVÊNIOS COM OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL	29.250,40
2024	CONVÊNIOS COM OS MUNICÍPIOS	191.657,05
2024	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00
2024	RECURSOS ORDINÁRIOS - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS	24.000,00
2024	RECURSOS ORDINÁRIOS - RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS	1.282.560,00
2024	RECURSOS RECEBIDOS POR DANOS ADVINDOS DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS	243.000,00
2024	TERMOS DE AJUSTAMENTO, DOAÇÕES CONTROLADAS POR INSTRUMENTO JURÍDICO E CONGÊNERES	5.209,82

Fonte: Diretoria de Finanças (DF), PMMG (2024).

Em relação exclusiva ao Tesouro Estadual, o total empenhado para despesas de pessoal, no ano de 2023, foi superior a 12 bilhões de Reais.

1.7.1 Recomposição das perdas inflacionárias

No dia 04 de junho de 2024 o Governo de Minas Gerais enviou à Assembleia Legislativa a emenda ao Projeto de Lei (PL) 2309/2024, que prevê um reajuste de 4,62% para todos os servidores públicos, dentre eles os policiais militares. Esse percentual corresponde ao percentual da inflação do ano de 2023, sendo aprovado em votação em dois turnos naquela Casa.

Quadro 5 – Total de despesas empenhadas com pessoal e demais custeios em 2023

TOTAL EMPENHADO COM DESPESAS DE PESSOAL (GRUPO 1) NA PMMG EM 2023 - FOLHA DE PAGAMENTO E DEMAIS DESPESAS DE CUSTEIO QUE CONSTAM NA FOLHA											
GRUPO DE DESPESA	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO	TOTAL EMPENHADO						
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO						
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6	SEGURANÇA PÚBLICA	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	705	APOIO AS POLITICAS PUBLICAS	2500	ASSESSORAMENTO E GERENCIAMENTO DE POLITICAS PUBLICAS	239.039.832,84	
				181	POLICIAMENTO	34	POLICIA OSTENSIVA	2032	EDUCACAO PROFISSIONAL DE SEGURANCA PUBLICA	99.870.029,02	
								4048	POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL	3.398.018.071,57	
								4057	POLICIAMENTO OSTENSIVO DE TRANSITO	129.696.717,49	
								4058	POLICIAMENTO OSTENSIVO DE MEIO AMBIENTE	113.946.366,09	
								4214	POLICIAMENTO ESPECIALIZADO	143.404.422,98	
					47	SUPOORTE AEREO AOS SERVICOS PUBLICOS ESTADUANS	4106	SUPOORTE AEREO AOS SERVICOS DE SEGURANCA PUBLICA	32.223.399,19		
				272	PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	705	APOIO AS POLITICAS PUBLICAS	7007	PROVENTOS DE INATIVOS MILITARES	7.582.835.047,53	
		SEGURANÇA PÚBLICA TOTAL									11.739.833.886,71
		10	SAUDE	302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	37	ASSISTENCIA AO MILITAR	2022	ASSISTENCIA ODONTOLOGICA DA POLICIA MILITAR	26.192.844,83	
								2023	ASSISTENCIA MEDICA E PSICOLOGICA DA POLICIA MILITAR	179.947.753,68	
		SAUDE TOTAL									206.140.598,51
		12	EDUCACAO	361	ENSINO FUNDAMENTAL	36	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO NOS COLEGIOS TIRADENTES DA POLICIA MILITAR	2020	ENSINO FUNDAMENTAL DOS COLEGIOS TIRADENTES DA POLICIA MILITAR	147.595.708,19	
				362	ENSINO MEDIO	36	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO NOS COLEGIOS TIRADENTES DA POLICIA MILITAR	2019	ENSINO MEDIO DOS COLEGIOS TIRADENTES DA POLICIA MILITAR	22.599.198,99	
		EDUCACAO TOTAL									170.194.907,18
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS TOTAL									12.115.369.392,40		
AUXILIO-FARDAMENTO PAGO A SERVIDOR OU MILITAR									297.161.239,41		
TOTAL PAGO COM DESPESAS DE PESSOAL EM 2023									12.412.530.631,81		

Fonte: Seção de Planejamento e Gestão Orçamentária (PM6), PMMG (2024).

Quadro 6 – Total de despesas por grupos empenhadas em 2023

Soma de Valor Despesa Empenhada		
Grupo Despesa - Código	Grupo Despesa - Descrição	Total
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.115.369.392,40
3	AUXILIO-FARDAMENTO PAGO A SERVIDOR OU MILITAR	297.161.239,41
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	478.524.572,47
4	INVESTIMENTOS	137.311.466,55
Total Geral		13.028.366.670,83

Fonte: Seção de Planejamento e Gestão Orçamentária (PM6), PMMG (2024).

Ressalta-se que as despesas de pessoal que, em 2023 perfizeram o montante de despesas da Instituição, com o percentual de **95,27%** dos recursos destinados.

1.8 Assédio moral e abuso de autoridade

Assédio moral e abuso de autoridade são dois conceitos distintos, mas relacionados, que podem ocorrer na atividade policial.

Assédio moral: Refere-se a qualquer conduta abusiva, repetitiva e intencional que ocorre no ambiente de trabalho e que visa diminuir, humilhar, constranger ou desestabilizar psicologicamente um indivíduo. No contexto policial, o assédio moral pode se manifestar de várias formas, como por meio de humilhações públicas, ameaças, discriminação, retaliação ou isolamento de membros da Organização. Esse tipo de comportamento pode ter sérios impactos na saúde mental e no bem-estar dos policiais, além de comprometer a eficácia e a integridade da instituição.

O Sistema Informatizado de Corregedoria, SICOR, permite o levantamento dos casos de Assédio Moral com base nos lançamentos de todas as Unidades da PMMG. Desta forma, apresentamos os dados solicitados, por ano, no quadro abaixo. Ressalta-se que se denomina “casos” todos os fatos lançados no sistema e que nem todos estes se tornaram processos.

Quadro 7 - Casos de assédio moral na PMMG em 2023 e 2024

Assédio Moral				
Ano	Casos	Processos Instaurados	Processos Solucionados	Processos em andamento
2023	38	22	18	04
2024	24	07	03	04
Total	62	29	21	08

Fonte: Corregedoria da Polícia Militar (CPM), PMMG (2024).

Conforme o quadro apresentado acima, dos casos que se tornaram processos em 2023 e 2024, apenas 08 estão pendentes de solução.

Abuso de autoridade: Refere-se ao uso indevido do poder ou da autoridade concedida a um policial para obter vantagens pessoais, prejudicar terceiros ou violar os direitos individuais. Isso pode incluir, por exemplo, o uso excessivo da força durante uma abordagem, detenção ou interrogatório, coerção indevida, extorsão, intimidação ou qualquer outra conduta que viole os princípios éticos e legais da atuação policial. O abuso de autoridade é uma violação grave dos direitos humanos e pode resultar em consequências legais e disciplinares para o policial envolvido.

O quantitativo dos crimes de abuso de autoridade obtido pelo Sistema de Corregedoria, SICOR, é *lato sensu*, incluindo todos os tipos de ações policiais em âmbito interno e externo. Assim, pela ausência de campo parametrizado que especifique em que situação ocorreu o crime, na pesquisa gerencial do SICOR, não há como refinar a pesquisa, segue o acompanhamento realizado pela CPM:

Quadro 8 - Processos de abuso de autoridade de 2023 e 2024

Abuso de Autoridade				
Ano	Casos	Processos Instaurados	Processos Solucionados	Processos em andamento
2023	1.509	1.031	912	119
2024	797	499	171	328
Total	2.306	1530	1.083	447

Fonte: Corregedoria da Polícia Militar (CPM), PMMG (2024).

Dos casos que se tornaram processos, em 2023 e 2024, ou seja 2.306, ainda estão pendentes de solução 447, o que representa, aproximadamente, 20% dos casos, conforme Quadro 8.

Apesar de poderem ocorrer afastamentos de saúde pelos motivos elencados (abuso de autoridade e assédio moral), não há neste momento uma aferição do número de casos decorrentes destes motivos, em função do sigilo e privacidade do paciente.

É fundamental que os membros das forças policiais sejam treinados e conscientizados sobre a importância do respeito aos direitos humanos, da ética profissional e da integridade no exercício de suas funções. Além disso, é importante que haja mecanismos eficazes de supervisão, controle e responsabilização para prevenir e combater o assédio moral e o abuso de autoridade dentro das instituições policiais.

1.8.1 Programa de Integridade

Ainda como prática para coibir o assédio moral e abuso de autoridade, a PMMG compõe a Política Mineira de Integridade, ação da Controladoria-Geral do Estado, que constitui-se no conjunto de diretrizes, políticas, procedimentos e ações destinadas a promover a transparência, ética, responsabilidade e conformidade dentro da Organização.

Tem por fim a criação de uma cultura organizacional que valorize a integridade e a ética em todos os níveis da Polícia Militar, em conformidade com os preceitos da Administração Pública.

Na Polícia Militar, o Programa de Integridade encontra-se em fase final de produção. O Plano de Integridade decorrente estabelecerá as ações voltadas ao combate às práticas lesivas como corrupção, nepotismo, gestão ineficiente de contratos e contratações, além de conscientizar o público interno acerca da importância da conduta íntegra.

Figura 4 - Capa do Plano de Integridade da PMMG



Fonte: Assessoria de Desenvolvimento Organizacional (ADO), PMMG (2024).

1.9 Saúde mental

A Polícia Militar de Minas Gerais desenvolve programas de promoção da saúde mental, que são iniciativas que visam melhorar o bem-estar psicológico e emocional dos seus profissionais (militares e civis), bem como extensivos aos familiares.

A PMMG possui um robusto quadro de profissionais de Saúde Mental, sendo 63 psicólogos militares, 18 psicólogos civis, 15 médicos psiquiatras militares, 4 psiquiatras civis na Clínica de Psicologia e Psiquiatria (CLIPS) da PMMG, além de 6 residentes em psiquiatria. Esses profissionais estão distribuídos em 67 Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS), além de diversos profissionais, clínicas e hospitais psiquiátricos credenciados, que oferecem atendimento a militares e dependentes de todo o Estado.

Em relação aos programas existentes, destacam-se:

- PSOPM médico e psicológico: onde o militar é avaliado periodicamente de forma preventiva, onde responde a um questionário de rastreamento de alcoolismo e risco de adoecimento ou adoecimento instalado de saúde mental. Em se encontrando indicativos de cuidados especiais em saúde mental, é encaminhado para tratamento;
- Atendimento psicológico a autor e vítima de violência doméstica: onde busca-se a sensibilização do militar para o tratamento adequado diante do envolvimento em tais ocorrências, evitando-se assim, complicações ou recidivas. Há também uma avaliação psicológica para porte de arma, com testes ao militar autor, antes de retorná-lo ao serviço.
- Pró-apoio: programa de atendimento de saúde obrigatório ao militar que passou por ocorrência de grande vulto, com o objetivo na prevenção de complicações de saúde mental decorrentes, especialmente o TEPT (Transtorno de estresse pós-traumático);
- TPB com aula de Saúde Integral: onde o militar recebe instruções que o fortalecem no protagonismo do autocuidado e cuidado do outro, desenvolvendo ferramentas importantes para manutenção da saúde mental;
- Letalidade: Acompanhamento psicológico, através de uma comissão, a militares que se envolvem em casos de letalidade em serviço;
- Militar preso: Acompanhamento psicológico através de uma comissão e individual a militares que se encontram presos ou acautelados;
- Palestras de Saúde Mental: Nos meses de janeiro e setembro, em referência às Campanhas Janeiro Branco (que tem como objetivo chamar atenção para os cuidados com a saúde mental e emocional) e Setembro Amarelo (Prevenção ao suicídio) são proferidas palestras virtuais a toda a tropa via Diretoria de Saúde, trabalhando o fortalecimento psicológico da tropa;
- UAPS (Unidades de Saúde Básicas): Promovem ao longo de todo o ano campanhas de promoção à saúde e prevenção de doenças de forma presencial e online, mantendo contato constante com a tropa, tendo o psicólogo atuação direta na elaboração e execução nas campanhas de saúde mental.

Esses programas são essenciais para promover uma sociedade mais saudável e resiliente, reconhecendo que a saúde mental é tão importante quanto a saúde física, conforme quadro descritivo abaixo:

Figura 5 - Ações para promoção da saúde mental pela PMMG



Fonte: Diretoria de Saúde (DS), PMMG (2024)

Outras ações que são desenvolvidas para a promoção da saúde mental de forma institucional são: Cursos EAD "qualidade de vida em tempos de pandemia"; contratação de psicólogos civis (pró-labore); ambulatório e tratamento de reintegração do alcoolista; comissão de acompanhamento e controle de letalidade; e programa de preparação para a reserva.

Não há recursos orçamentários específicos para saúde mental, estando os mesmos incluídos no orçamento geral de saúde. No entanto, eventualmente podem ser direcionadas verbas específicas de outras fontes, a exemplo de programas como da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

Quando o militar é afastado por questões de saúde mental, é referenciado para acompanhamento com equipe de saúde mental (psiquiatras e psicólogos). Em alguns casos também são feitas assessorias a Comandos, orientações aos familiares e acionamento do CPS-PM (Centro de Proteção Social).

1.10 Autoextermínio

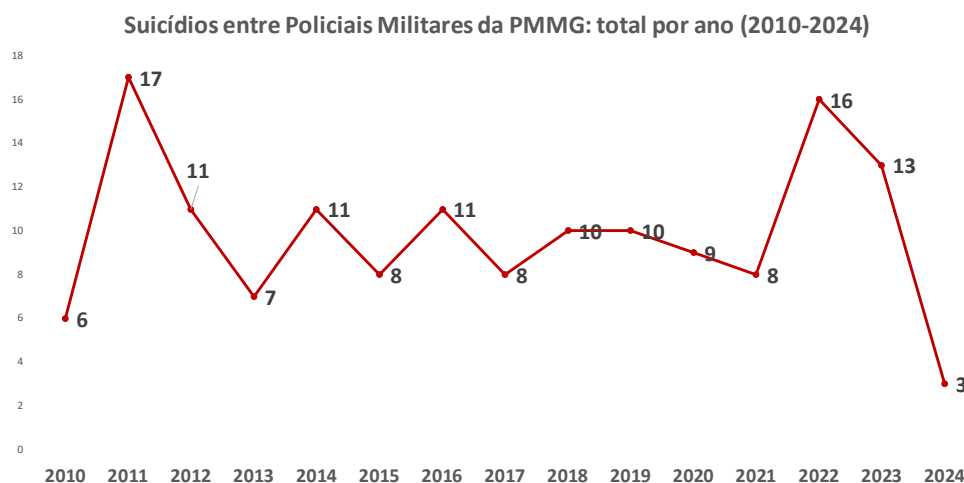
A preocupação com o autoextermínio na Polícia Militar de Minas Gerais é uma constante crucial por várias razões. Primeiro, é uma questão ética e moral. A segurança e o bem-estar dos funcionários e de seus familiares devem ser uma prioridade para qualquer Organização responsável, não sendo diferente na PMMG. Além disso, um ambiente de trabalho seguro e saudável é fundamental para a produtividade e o sucesso a longo prazo.

A preocupação com o autoextermínio na PMMG demonstra o compromisso com a responsabilidade social da Organização. As instituições que se preocupam com o bem-estar de seus funcionários geralmente têm uma reputação melhor e são mais atraentes para o ingresso de novos candidatos.

Por fim, a preocupação com o autoextermínio pode ajudar a promover uma cultura de segurança e responsabilidade dentro da Organização. A percepção de que o Comando da Instituição está comprometido com sua segurança e bem-estar gera a conscientização em relação à segurança no trabalho. Isso pode levar a uma redução no número de acidentes e lesões, criando um ambiente de trabalho mais seguro e produtivo para todos.

Mesmo com as diversas medidas realizadas pela PMMG, conforme tratado nos parágrafos anteriores, ocorreram os seguintes casos:

Gráfico 3 – Casos de autoextermínio na PMMG de 2010 a maio de 2024



Fonte: Comissões de Letalidade, vitimização e Uso da Força - UEOp/UDI e CINDS - Armazém de Dados do Sistema Integrado de Defesa Social (2024).

A PMMG possui um Relatório Técnico com dados qualitativos das ocorrências, tais como dia da semana, mês do auto-extermínio, Posto/Graduação, idade, sexo, meio utilizado, tempo de trabalho, local de lotação, fatores precipitantes/predisponentes. Foi proposta também uma análise estatística em parceria com a UFMG, ainda não efetivada. As possíveis causas das ocorrências estão representadas no gráfico 3 abaixo:

Gráfico 4 - Suicídio na PMMG, por causa apurada, de 2010 a maio de 2024

**TOTAL DE SUICÍDIOS REGISTRADOS NO PERÍODO DE 2010 A 2024,
POR CAUSA APURADA**



Fonte: Comissões de Letalidade, vitimização e Uso da Força - UEOp/UDI e CINDS - Armazém de Dados do Sistema Integrado de Defesa Social (2024).

2. RESULTADOS OPERACIONAIS

A Polícia Militar faz gestão de seus recursos e mantém seus esforços com a finalidade de contribuir para a redução da criminalidade e para o aumento da sensação de segurança em Minas Gerais.

Por meio do emprego dos recursos humanos, do treinamento ofertado e da alocação logística à atividade fim, a Instituição direciona sua atuação para promover a segurança do povo mineiro, tendo como missão “Proteger e cuidar de Minas Gerais”.

A figura abaixo apresenta resultados alcançados pelo esforço da PMMG, que se refletem para a redução de indicadores finalísticos, como nos casos dos crimes violentos e do roubo consumado.

Figura 6 – Infográfico PM em Números, de janeiro a maio de 2024

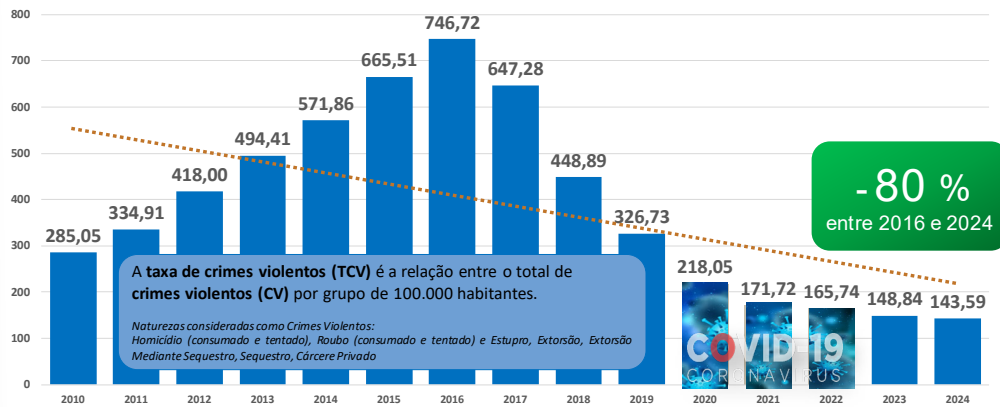


Fonte: Diretoria de Operações (DOP), PMMG (2024).

Ainda no que se refere aos indicadores finalísticos, o Estado acumula (com projeção para 2024) oito anos de redução na Taxa de Crimes Violentos (TCV), chegando à 80% de redução entre 2016 e 2024.

A TCV é um importante indicador pois é composta pela relação, por grupos de 100 mil habitantes, do seguinte rol de crimes violentos: *Homicídio (consumado e tentado)*, *Roubo (consumado e tentado)* e *Estupro, Extorsão, Extorsão Mediante Sequestro, Sequestro, Cárcere Privado*.

Gráfico 5 – Taxa de Crimes Violentos em Minas Gerais, de 2010 a 2024

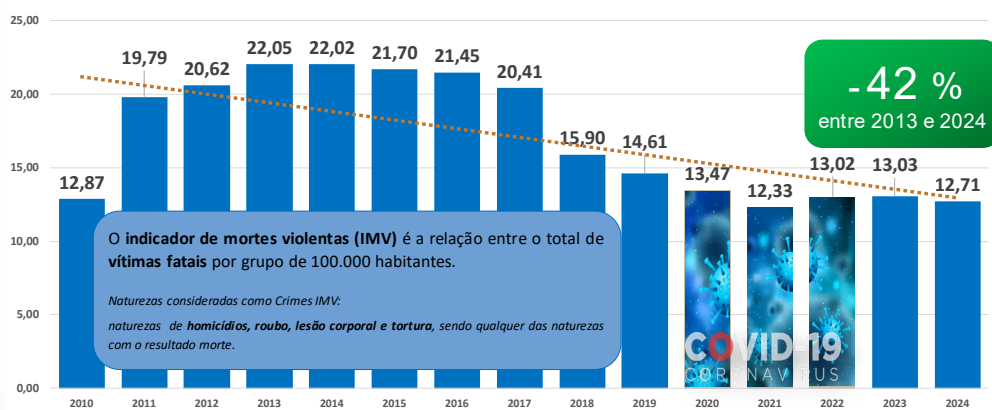


Fonte: Diretoria de Operações (DOP), PMMG (2024).

Outro indicador de relevância em segurança pública é o Índice de Mortes Violentas (IMV). O referido indicador, que mede o total de vítimas fatais por grupo de 100 mil habitantes, vem se mantendo em baixos patamares, como nos últimos anos.

O gráfico 5 mostra a projeção para o ano de 2024 (com base nos resultados do período de janeiro a maio), apresentando uma diminuição de 42% para o período de 2013 a 2024. Em que pese o indicativo, a PMMG tem envidado esforços para chegar ao final do ano com números ainda menores.

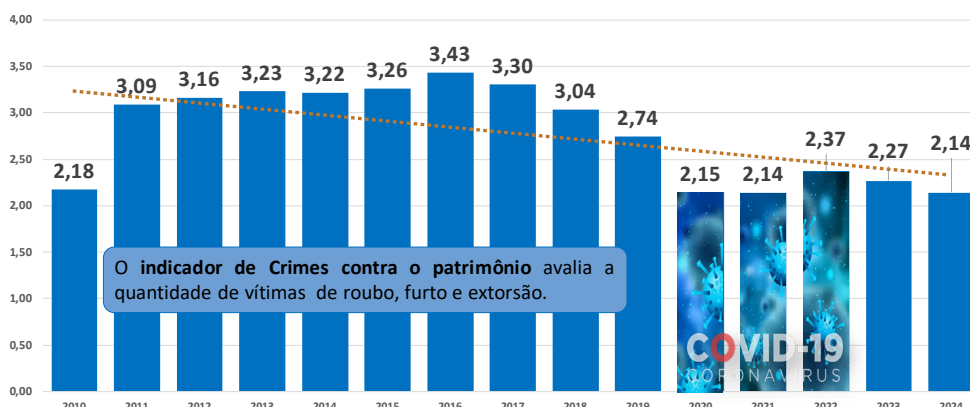
Gráfico 6 – Indicador de mortes violentas, de 2010 a 2024.



Fonte: Diretoria de Operações (DOP), PMMG (2024)

Os crimes contra o patrimônio (*vítimas de roubo, furto e extorsão*) e a modalidade de ataques à instituições financeiras, são monitorados com especial atenção pela PMMG, conforme gráficos 6 e 7 abaixo:

Gráfico 7 – Indicador de crimes contra o patrimônio, de 2010 a 2024

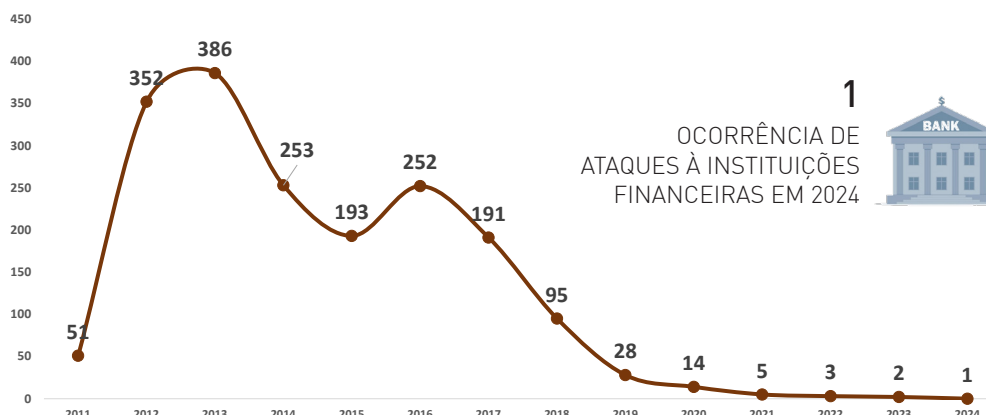


Fonte: Diretoria de Operações (DOP), PMMG (2024).

O “Novo Cangaço”, expressão que se refere a uma modalidade de crime organizado que envolve assaltos a bancos, empresas de transporte de valores e outros estabelecimentos financeiros, principalmente nas regiões Nordeste e Norte do Brasil, em meados dos anos 2012 até 2016 apresentava uma forte entrada nas cidades do interior do Estado de Minas Gerais.

Com atuação integrada com outros órgãos, com destaque à Polícia Rodoviária Federal (PRF), com compartilhamento de informações com os Estados limítrofes, e muita atividade de inteligência em segurança pública, os incidentes caíram de forma vertiginosa, e até a presente data deste relatório, nenhuma ocorrência foi registrada no Estado.

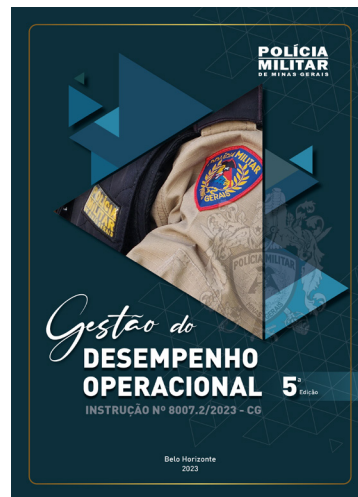
Gráfico 8 – Ocorrências de ataques à instituições financeiras, de 2011 a 2024



Fonte: Diretoria de Operações (DOP), PMMG (2024).

Uma das principais ações de gestão da PMMG para contribuição na manutenção dos bons resultados finalísticos de Minas Gerais é a Gestão do Desempenho Operacional (GDO), método que promove uma abordagem analítica dos problemas e permite integração de esforços, sempre incentivando ações com foco no resultado. Por meio da GDO a Instituição promove um acompanhamento sistemático dos fenômenos e antecipa-se nas ações de controle e solução.

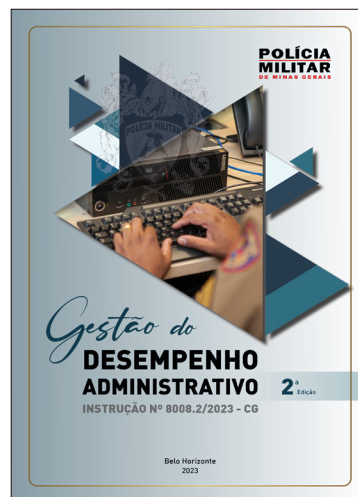
Figura 7 - Capa da GDO 5ª Edição



Fonte: Assessoria de Desenvolvimento Organizacional (ADO), PMMG (2024).

Outra ação de suporte, que favorece a gestão da PMMG e o direcionamento dos esforços para a promoção de um Estado seguro em Minas Gerais, é a concepção/implementação da Gestão do Desempenho Administrativo (GDA) e a coordenação dos trabalhos amparados por planejamentos estratégicos.

Figura 8 - Capa da GDA 2ª Edição



Fonte: Assessoria de Desenvolvimento Organizacional (ADO), PMMG (2024).

3. ENTREGAS À SOCIEDADE

O Plano Estratégico 2024-2027 da PMMG prevê dois objetivos estratégicos com foco nas demandas de grupos vulneráveis, sendo um dos objetivos “enfrentar a violência contra a mulher” e o outro “aprimorar o atendimento de minorias e pessoas em situação de vulnerabilidade”.

Nesse mister e considerando o cenário de constante mudança e complexidade, foi criada a Câmara Técnica Operacional de Direitos Humanos e Prevenção à Violência Doméstica (CTO), que consiste em fóruns qualificados em níveis estratégicos para prover assessoria às diversas demandas da Organização afetas a essa temática. Busca a modernização do normativo institucional, com elaboração de normas, doutrinas e procedimentos operacionais, mantendo o repositório sempre fiel às realidades contemporâneas sociais. Visa ainda, o assessoramento quanto aos conteúdos de disciplinas nos cursos e treinamentos na Instituição.

Figura 9 - Capa da CTO 2024



Fonte: Diretoria de Operações (DOP), PMMG (2024).

Destaca-se como uma das principais entregas da Instituição a atualização da matriz curricular dos Cursos de Formação da PMMG, ampliando e aprimorando o conteúdo da temática de grupos vulneráveis dentro da disciplina de Direitos Humanos, como exemplo o atendimento qualificado a comunidades tradicionais, ao público LGBTQIAPN+, às minorias religiosas, às mulheres, às crianças e adolescentes, à pessoa idosa, à pessoa em situação de rua, às pessoas com deficiências ocultas, grupos étnicos-raciais, vítimas e testemunhas de violência.

Outra iniciativa institucional de capacitação para o atendimento qualificado para os grupos vulneráveis foi o Curso de Multiplicador de Direitos Humanos em 2023, com a formação de 140 policiais militares multiplicadores da filosofia de Direitos Humanos.

Figura 10 - Curso de Multiplicador em Direitos Humanos em 2023

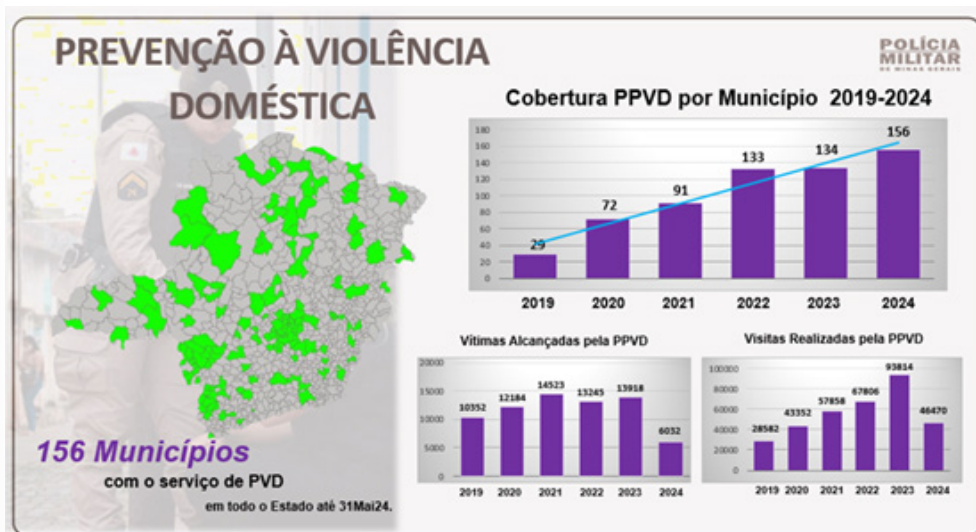


Fonte: Diretoria de Operações (DOP), PMMG (2024)

No ano de 2024 foi realizado o Webinário sobre o atendimento às pessoas com deficiências ocultas, com a formação de 280 multiplicadores da temática.

Um dos programas de destaque é o serviço especializado de Prevenção à Violência Doméstica, que segue alcançando bons resultados em Minas Gerais. Atualmente presente em 156 municípios, levando atendimento especializado e orientações adequadas às famílias. No ano de 2023 foram realizadas 93.814 visitas e, de janeiro a maio de 2024, já foram realizadas 46.470 visitas, totalizando neste período 19.950 vítimas atendidas.

Figura 11 – Evolução do Serviço de Prevenção à Violência Doméstica em MG, de 2019 a 2024



Fonte: Diretoria de Operações (DOP), PMMG (2024).

Desde o ano de 2019 já foram capacitados 480 policiais militares para atuarem nas Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica (PPVD), dentre esses, 150 com a capacitação de multiplicadores de Prevenção à Violência Doméstica. Atualmente, 38.097 militares da ativa possuem a respectiva capacitação, o que corresponde a 99,4% do total.

Ainda, no ano de 2023 foi realizado o Seminário de Prevenção à Violência Doméstica para os militares atuantes nas Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica, com o objetivo de qualificar o efetivo especializado bem como construir estratégias para otimizar o serviço, considerando as especificidades de cada região do Estado.

Com foco no aprimoramento profissional, visando ampliar e consolidar a rede de Enfrentamento à Violência Doméstica, bem como o compartilhamento de boas práticas, a PMMG por meio da Seção de Direitos Humanos e Prevenção à Violência Doméstica pertencente a Diretoria de Operações participou do II Encontro Nacional de Segurança Pública e o Enfrentamento à Violência Doméstica.

A câmara integrada é uma instância de governança colegiada por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese-MG) Sedese, responsável por estruturar e articular agendas para promoção de políticas públicas, e vai fortalecer a atuação governamental na promoção da igualdade de gênero e na garantia dos direitos das mulheres em Minas Gerais.

Com o objetivo de mitigar a violência contra a mulher e demais grupos vulneráveis no Estado, são desenvolvidas ao longo do ano diversas operações de combate e enfrentamento a essa modalidade criminosa, com destaque as seguintes operações:

Operação Carnaval: As Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica foram empregadas nos eventos em comemoração ao Carnaval em todo o Estado de Minas Gerais, como o objetivo de prevenir e realizar o primeiro atendimento especializado nos crimes de Importunação Sexual, procedendo o devido encaminhamento e orientações às guarnições de área responsáveis pelo registro do evento de defesa social. A operação resultou na **redução de 36,8%** nas ocorrências de assédio sexual durante os eventos festivos de carnaval.

Operação Mês da Mulher (Átria): No mês da Mulher, a PMMG realiza a operação Mês da Mulher que compõe também a Operação Nacional denominada Átria, cujo objetivo é promover ações conjuntas entre os órgãos que integram a segurança pública para a educação, prevenção e repressão à violência contra a mulher em todo o Estado de Minas Gerais.

Operação Agosto Lilás (Shamar): A operação faz parte da Campanha Agosto Lilás, em referência ao aniversário da Lei Maria da Penha, Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Tem como objetivo potencializar, em todas as regiões do Estado, as ações de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher, através de blitzs preventivas com a distribuição de dicas preventivas, além de palestras e ações conjuntas entre as forças de segurança do Estado.

Operação Virtude: A PMMG participa da Operação Virtude, coordenada pelo Ministério da Justiça, que conta com a participação de diversas instituições/órgãos do sistema de segurança pública, tem como objetivo atuar de forma integrada no combate e enfrentamento aos crimes contra a pessoa idosa.

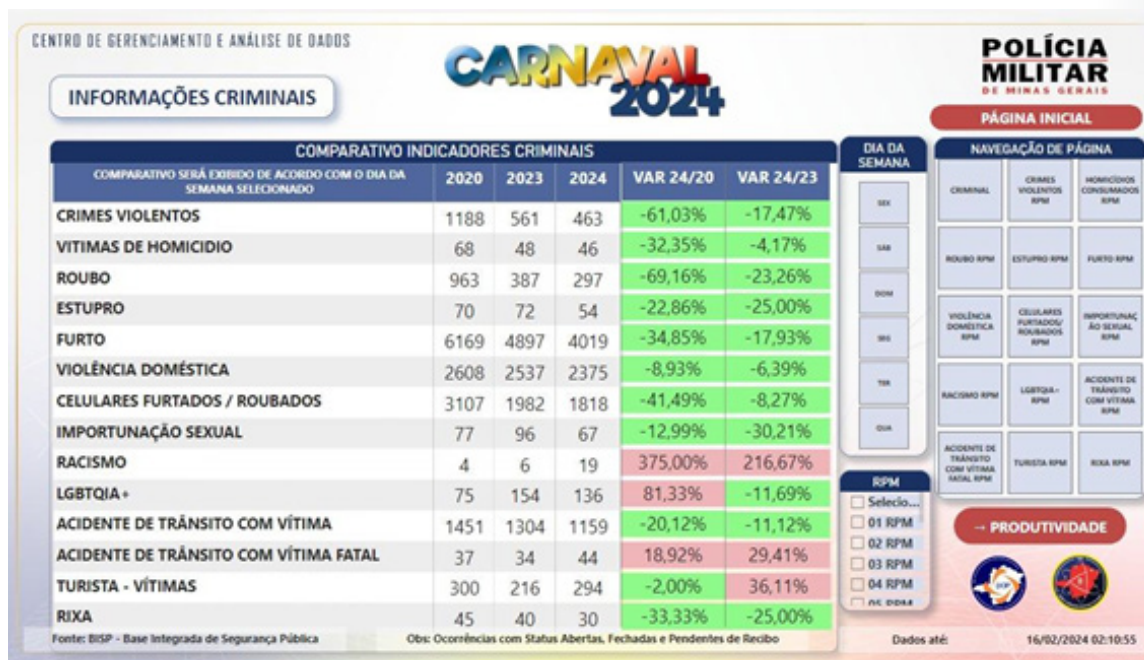
Operação Caminhos Seguros: A PMMG participa da Operação Nacional Caminhos Seguros que tem como objetivo a prevenção e a repressão à exploração sexual de crianças e adolescentes, a partir de locais identificados pela Inteligência de Segurança Pública (ISP), como pontos vulneráveis e suscetíveis à exploração de crianças e adolescentes nas paradas de caminhoneiros e principalmente em pontos de prostituição localizadas nas rodovias federais delegadas e rodovias estaduais.

Operação Campanha “21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”: A PMMG realiza a Operação Campanha “21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres” que tem como objetivo conscientizar quanto à prevenção à violência contra a mulher, através de mobilização social e instituição de medidas para coibir todas as formas de violência de gênero, além de fomentar as denúncias de práticas ilegais.

Com relação ao Carnaval, os resultados de segurança em Minas Gerais foram expressivos em outros tantos indicadores e o Estado foi referenciado, em veículos de comunicação, como sendo o “Carnaval mais seguro do Brasil”.

Ao todo, em comparação ao Carnaval de 2020 (último grande carnaval), foram acumuladas reduções de quase 70% em roubos, 35% em furtos e 32% em homicídios, dados referentes à 2024. O aumento verificado no número de ocorrências de racismo 375% pode ser atribuído justamente à maior disponibilidade de meios para o acesso a registros de ocorrências, conforme informativo a seguir.

Figura 12 - Informativo das operações no Carnaval de 2024



Fonte: Diretoria de Operações (DOP), PMMG (2024).

Enfim, como demonstrado, a PMMG empenha-se com todo compromisso e dedicação, por meios de inúmeras ações de prevenção e repressão qualificada, para manter Minas com indicadores de Estado mais seguro do país.

CONCLUSÃO

A Polícia Militar de Minas Gerais sente-se honrada pela oportunidade em demonstrar os resultados obtidos em 2023 e nos cinco primeiros meses de 2024, bem como os dados organizacionais e algumas estratégias de gestão.

A Instituição entende que a transparência e a demonstração de resultados são fundamentais para a manutenção da confiança mútua entre a sociedade e a Instituição.

O sucesso dos últimos dados (não só dos aqui apresentados, mas dos que se acumulam já há algum tempo) é fruto do esforço de uma tropa aguerrida, compromissada com a missão institucional e que se dedica, sobremaneira, para levar tranquilidade e segurança a todos os rincões deste Estado.

Nosso compromisso é seguir neste mesmo empenho, buscando soluções inovadoras e adequadas a cada novo desafio, não medindo esforços para tornar Minas o melhor Estado para se viver, trabalhar e empreender.

Polícia Militar de Minas Gerais, 249 anos, ser essencial para o povo mineiro!

Quartel em Belo Horizonte, 14 de junho de 2024.



RODRIGO PIASSI DO NASCIMENTO, CEL PM
COMANDANTE-GERAL

POLÍCIA
MILITAR
DE MINAS GERAIS